

Servidores vão à GREVE dia 15 de março



O governo transferiu ao Congresso Nacional a responsabilidade de decidir sobre o reajuste a ser dado em 2006 aos servidores lotados no Executivo Federal. O MPOG cancelou na noite de 16/2, pela segunda vez consecutiva, uma reunião onde apresentaria propostas direcionadas à base da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). Uma greve para o dia 15 de março foi confirmada dia 17/2 durante Plenária Nacional da entidade. Presente à Plenária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumiu o compromisso de apoiar e reforçar a luta do setor. No dia 11 de março uma Plenária Extraordinária avalia os avanços do movimento. **(págs. 2 e 3)**



CONDSEF realiza CDE e Seminário de Planejamento

Nos dias 10, 11, 12 e 13 de fevereiro realizaram-se o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) - no primeiro dia - e o Seminário de Planejamento da CONDSEF, respectivamente. As atividades reuniram 50 lideranças que representam servidores públicos de mais de quinze estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. Pelo SINTSEF/CE estiveram presentes os diretores Helano Furtado, José de Assis e Luís Carlos Macedo. **(pág. 12)**

A Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE, de conformidade com os artigos 17, 18, 19 e 20 do seu Estatuto, convoca uma ASSEMBLÉIA GERAL, a ser realizada no dia 11 de março de 2006 (sábado), às 8h, em primeira convocação, e às 9h, em segunda convocação, no pátio do SINTSEF/CE, sito à rua 24 de Maio, 1201 - Centro, Fortaleza/CE, para discutir e deliberar os seguintes pontos de pauta: 1. Informes; 2. Greve dos servidores públicos federais a partir de 15/03/06; e 3. Encaminhamentos.

Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2006.

A DIREÇÃO COLEGIADA

Próxima reunião de aposentados e pensionistas do SINTSEF/CE:
dia 8 de março, às 15h, na sede do Sindicato.

2006: Um ano singular

Operação tapa-buracos...



Aproxima-se mais um embate eleitoral e, diferentemente dos ocorridos em eleições anteriores, onde o Partido dos Trabalhadores foi o depositário dos anseios de mudança da esquerda brasileira, teremos uma disputa na qual só um resultado é possível: a vitória da classe dominante.

A adesão do Governo Lula e da maioria do PT (o resul-

tado do PED foi uma demonstração inequívoca dessa afirmação) ao projeto neoliberal, representa o rompimento definitivo do partido com o seu programa histórico e, conseqüentemente, o esgotamento de um ciclo político-histórico iniciado no final dos anos 70.

As denúncias de malversação de recursos, que levaram o PT a

vivenciar a maior crise de sua história demonstram, claramente, a adequação do partido a institucionalidade e aos mecanismos de corrupção tradicionalmente utilizados por nossos inimigos de classe. O teatro patrocinado pela mídia, a serviço dos nossos opressores, cujo enredo mostra a dupla PSDB/PFL como guardião da ética e da

moral não passa de encenação, cujo objetivo é apresentar uma falsa polarização com o outrora representante dos oprimidos. Afinal, vencendo um ou outro a continuidade do projeto neoliberal está garantida.

A cassação de Roberto Jefferson e José Dirceu, longe de representar um possível resgate de uma ética que parece não ter mais lugar no presente degradado foi, na verdade, uma tentativa de manutenção da credibilidade de uma instituição moralmente falida.

Na ausência de um partido, eleitoralmente forte, capaz de reagrupar aqueles que não perderam a capacidade de sonhar, cuja candidatura restaurasse a esperança sepultada pelo governo Lula, cabe aos socialistas uma difícil, mas não impossível, missão: reativar os movimentos sociais, priorizando a ação direta, se contrapondo a esta atmosfera dominante.

Ao SINTSEF/CE cabe continuar essa luta, resistindo de forma autônoma e independente.

Cumprimento dos acordos e correção salarial para o PCC já!

A falta de compromisso do governo com os servidores federais está obrigando a categoria a ir diretamente ao Congresso para exigir, no orçamento 2006, os recursos necessários ao reajuste salarial do PCC e ao cumprimento dos acordos da greve. Dessa forma, os servidores estão tendo de competir por verbas com outros setores da economia, num processo vergonhoso e degradante.

Ocorre que, em meados de 2005, ao apresentar a proposta de orçamento, o governo destinou para os capitalistas, e não para os trabalhadores, a maior parte da arrecadação prevista. Quem mais leva é o capital fi-

nanceiro, que deve abocanhar nada menos que R\$ 179 bilhões, correspondendo a 10,7% do total do orçamento, a título de "juros". Para corrigir os salários dos servidores, no entanto, foram reservados apenas R\$ 1,5 bilhão.

A última proposta do Ministério do Planejamento para os servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) continua desapontando a categoria. De acordo com os novos cálculos feitos pela entidade, baseados em tabela publicada no Correio Braziliense do dia 1º/2, os impactos sobre a GDATA continuam muito pequenos e sequer iniciam uma recuperação no poder

de compra desses servidores. Os trabalhadores da ativa passariam a ganhar entre R\$ 208,67 (Nível Superior Final) e R\$ 5,25 (Nível Auxiliar Inicial) a mais no salário.

No caso dos aposentados a situação é mais dramática. R\$ 115,04 estariam garantidos para aposentados de Nível Superior e apenas R\$ 4,93 para o Nível Auxiliar. Todos os servidores de Nível Auxiliar do PCC, ativos e aposentados, ainda precisam de complementação no Vencimento Básico para que o salário alcance o valor do mínimo, hoje em R\$ 350,00. Acontece que numerosas greves e mobilizações forçaram o governo a ceder. Estamos na luta!

Governo enrola categoria e servidores vão à GREVE

O governo transferiu ao Congresso Nacional a responsabilidade de decidir sobre o reajuste a ser dado em 2006 aos servidores lotados no Executivo Federal. O MPOG cancelou na noite de 16/2, pela segunda vez consecutiva,

uma reunião onde apresentaria propostas direcionadas à base da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). Uma greve para o dia 15 de março foi confirmada dia 17/2 durante Plenária Nacional da

entidade. Presente à Plenária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumiu o compromisso de apoiar e reforçar a luta do setor. No dia 11 de março uma Plenária Extraordinária avalia os avanços do movimento.

Acordos não cumpridos

De acordo com levantamento feito pela CONDSEF, treze acordos feitos com o governo em 2005 ainda não foram cumpridos. O Plano de Classificação de Cargos (PCC) vive situação particular, pois sequer foi apresentada proposta a este setor. Com isso, passam para catorze o número de categorias aguardando uma posição do governo. Na lista dos insatisfeitos estão

servidores da Fazenda, Agricultura, Funai, Planejamento, Ex-territórios, civis dos Órgãos Militares, Agências Reguladoras, Seguridade Social, incluindo Funasa, Saúde e Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), Ciência e Tecnologia, Incra, Banco Central, administrativos do MEC, AGU, além do conjunto de servidores do PCC que reivindica acordo que contemple a paridade.

A expectativa era de que o governo apresentasse as propostas para os servidores representados pela Confederação, mais de 770 mil; 70% do total do Executivo Federal. Revoltados, os dirigentes da CONDSEF asseguram que não existe diálogo possível em um ambiente de total desrespeito instalado pelo próprio governo.

Plenária Nacional com mobilização

Sem reunião, os servidores realizaram atos no Congresso, com corpo-a-corpo junto aos parlamentares nos dias 14 e 15/2. Trajando camisetas pretas com os dizeres “Servidores Federais exigem orçamento decente”, mais de 200 manifestantes seguiram em marcha percorrendo os corredores que davam acesso às salas onde centenas de parlamentares participavam de reuniões em suas bancadas.

No dia 17/2, ocorreu nova manifestação, desta vez na Esplanada dos Ministérios, com mais de 200 servidores, quando da realização da Plenária Nacional da entidade. A CONDSEF voltou a reafirmar que não abre mão dos acordos já firmados com sua base e do reajuste mantendo a paridade para o PCC.

As últimas semanas de trabalho intenso no Congresso Nacional, coor-

denadas pela entidade, se transformaram em cenário de incerteza. No dia 16/2, por exemplo, cerca de 200 servidores públicos acompanharam, até às 22 horas, o desfecho e aprovação da receita total que, este ano, saltou de R\$ 530 bilhões para R\$ 545 bilhões. Notícia divulgada dia 15/2 pelo Correio Braziliense dava conta de que o governo já teria R\$5,2bi para investir em servidor.

Nossas reivindicações

Estamos lutando por 0,4% do orçamento (cerca de 6,5 bilhões de reais de um orçamento total que monta a R\$ 1,68 trilhão) para garantir os seguintes itens:

1) Proposta da Condsef para todos os servidores do PCC: gratificação fixa, além da GDATA, igual para ativos e aposentados, de R\$ 250,00 para o nível Auxiliar, R\$ 350,00 para o Intermediário e R\$ 650,00 para o nível Superior;

2) PSST (Saúde, Trabalho, Previdência): parcela de 3% em março e 6,23% em dezembro/06, referentes ao acordo dos 47,11%;

3) Fazenda: implantação do Plano de Carreira;

4) Planejamento: Geaplan e Plano de Carreira, conforme proposta da Mesa Setorial;

5) Agricultura: GDAG e Plano Especial da Agricultura;

6) MEC/ INEP/ FNDE: tabela como antecipação dos Planos de Carreira;

7) Banco Central: cumprimento dos acordos firmados durante a greve de 33 dias.

8) Agências: equiparação dos redistribuídos com a tabela da Anvisa;

9) Outras categorias de servidores filiados a outros sindicatos: há outros acordos feitos pelo governo também incluídos nesses R\$ 6,5 bilhões.

Governo x Servidores

Para você saber com precisão, são três os pontos principais de divergência:

a) paridade: o governo insiste em quebrar a paridade ativo/ aposentado; os servidores não aceitam porque o ativo de hoje é o aposentado de amanhã.

b) gratificações: o governo quer impor as gratificações produtivistas; o servidor sabe que isso joga uns contra os outros e prepara o caminho para as demissões por “insuficiência de desempenho”; ademais essa é a arma do governo para

rebaixar o salário dos aposentados.

c) reajuste do PCC: para quem está há tanto tempo sem nada, qualquer anúncio de reajuste é sempre bem-vindo; o governo se aproveita para oferecer apenas migalhas.

“FHC sucateou os serviços públicos com privatizações e Lula não enfrentou a questão”



Respeitado com o analista político e econômico, o administrador público Alberto Amadei participou do último Congresso do SINTSEF/CE, na qualidade de debatedor. Nessa entrevista, ele faz um rápido balanço da situação do serviço público desde a Era FHC até o governo Lula.

Qual a sua avaliação em relação aos serviços desempenhados pelas estatais na Era FHC?

O setor elétrico ficou espatifado. Tanto que a dinâmica econômica não aguenta taxas de crescimento acima de 5% sem apagão. O setor de telecomunicações liberou e indexou as tarifas. Aí ficou fácil dizer que a telefonia foi democratizada. Exemplo: da assinatura da taxa básica demagógica de R\$1,00 para a atual de R\$ 36,00 - um aumento de 3.500% - mais o endividamento

das pessoas, que passou a comprometer quase 8% da renda familiar com telefonia, quando anteriormente não chegava a 1%, então nós temos um quadro claro de que não foi a “privatização” que melhorou, mas o “liberou geral”; o que não era permitido com a Estatal Embratel. Caso a Embratel tivesse a liberdade para tocar a telefonia com a metade dos favores que foram

dados aos controladores da telefonia nacional, o Brasil seria um exemplo de para o mundo, igualzinho à Petrobras. Tanto é verdade que as estatais espanhola, francesa, italiana e portuguesa são as principais controladoras da telefonia no Brasil. Entregamos de bandeja a nossa estatal às estatais estrangeiras. FHC continua sendo o demiurgo da Era Mil Vezes Maldita.

O serviço público passa por um processo de sucateamento. As privatizações contribuíram em que para isso?

As privatizações são um modo de reengenharia do Estado. O seu papel é o de arrancar do Estado o seu motor intervencionista. Isso foi uma política deliberada e planejada por FHC, cujo único pro-

pósito obcecado foi o de destruir sistematicamente o que o ex-sociólogo chamava de “entulho da Era Vargas”. O sucateamento do serviço público é, portanto, uma política neoliberal de ataque às

estruturas do Estado. Diga-se de passagem que o Governo Lula não enfrentou essa questão, sobretudo porque no Ministério da Fazenda estão as mesmas pessoas que administraram a Era Maldita.

Reestatizar seria a saída?

As alternativas são inúmeras; embora a turma do Palocci insista em que não há alternativa que não seja aprofundar as reformas neoliberais voltadas ao mercado. Nacionalizar e estatizar são mecanismos de recuperação dos

centros de decisão que hoje estão fora do país. A internacionalização da economia brasileira, a privatização, a autonomia do Banco Central e o endividamento crescente são meios de subordinação do país aos centros de decisão alienígenas

e agências multilaterais. O Brasil está cada vez mais longe do seu povo. A população está cada vez mais longe dos centros de poder.

Infelizmente Lula não deu um passo sequer na mudança desse rumo mil vezes maldito.

Governo ameaça retirar direito à GEAP

O SINTSEF/CE está na luta pela manutenção do direito à assistência à saúde dos servidores do PCC, através da GEAP. O governo está ameaçando retirar o direito. Foram enviados faxes e e-mails para os senadores cearenses solicitando o apoio dos parlamentares no sentido de garantir que esse direito seja mantido através de Medida Provisória.

EXPEDIENTE O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade. Jornalista responsável: Demétrio Andrade – Mtb CE00974JP. Tiragem: 13 mil exemplares. Impressão e editoração: Expressão Gráfica (3253.2222). Rua 24 de Maio, 1201 – Centro – Fortaleza-CE. PABX: 254.4100. CEP: 60.020-031. Site: www.sintsef-ce.org.br. E-mail: imprensa@sintsef-ce.org.br. DIREÇÃO COLEGIADA: Coordenação Geral: Luís Carlos Macêdo (FUNASA - CORE) e Eliseu Lima (CONAB - SUREG); Coordenação Jurídica: Ednir Lima (aposentado ex-SUDENE) e Lúcia Marques (FUNASA - Jaguaribe); Coordenação de Imprensa: Helano Furtado (FUNASA - Micro Maracanaú), João Batista (FUNASA - Sobral) e Asevedo Quirino (FUNASA - Crato); Coordenação de Formação Política: José de Assis (FUNASA - Micro de Maracanaú), Francisco Gomes (Min. de Fazenda) e Afonso Barbosa (FUNASA - Micro I – Secretaria Executiva Regional V); Coordenação de Finanças: Alfredo Moreira (Base Aérea) e Josemar Martins (CONAB - Crateús); Coordenação Cultural: Rômulo George (IBAMA - Superintendência) e Germano Moreira (DNOCS - Icó); Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Geraldo Costa (aposentado DNOCS), Carlos Eugênio (FUNASA - Canindé) e Airton Cardoso (DNIT - Fortaleza); Coordenação Administrativa: Aluísio Bastos (aposentado DNOCS) e Benedito Holanda (FUNASA - CORE). SUPLENTE: José Newton Gama (FUNASA - Crato), Francisco Martins Henriques (CONAB - SUREG) e Lúcia Pereira (DRT). CONSELHO FISCAL: Fátima Girão (FUNASA - Micro Olavo Bilac), Francisco Chaves (INSS - Crato), José Ribamar (FUNASA - Centro de Zoonose - Conj. Ceará), José Pinheiro (FUNASA - Iguatu), José Amorim (Min. Da Agricultura), Maria de Fátima Ribeiro (DNOCS - Jaibas) e Mauro Feliciano (Min. da Fazenda). SUPLENTE: Raimundo Cândido (CONAB - Juazeiro do Norte) e José Araújo (DNOCS - Amanari).

Informes Jurídicos

Processos ganhos pelo SINTSEF/CE com atualização até janeiro de 2006

1ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	Base Aérea	96.14570-9	2003.81.30813-1	RPV paga. Aguardando pagamento de precatório.
28,86%	Ministérios	97.24771-6	2005.81.00.015145-7	Aguardando julgamento dos embargos à execução.
28,86%	M. Exército	96.15826-6	-	Manifestem-se as partes sobre a informação e cálculos da contadoria.
28,86%	DEMEC	96.15807-0	2003.81.22865-2	Aguardando julgamento dos embargos no TRF da 5ª Região.
28,86%	DEMEC	97.7998-8	2003.81.26189-8	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	DNOCS	97.9892-3	-	Elaboração de cálculos.
28,86%	FUNASA	96.16462-2	2004.81.20895-5	Aguardando julgamento dos embargos – Remetido à Contadoria.
28,86%	IPHAN	94.2563-7	2001.81.24029-1	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	Ex-LBA	94.2562-9	2003.81.25533-3	Aguardando julgamento dos embargos– Remetido à Contadoria.
28,86%	M. Minas e Energia	96.15818-5	-	Cálculos apresentados.
28,86%	DRT	96.15808-8	-	Cálculos apresentados.
28,86%	SUDENE	94.528-8	2005.81.5988-7	Aguardando julgamento dos embargos – Vindo da Contadoria.
3,17%	Ministérios	97.871-1	2002.81.00.017623-4	Elaboração de cálculos
3,17%	Ext. Território	2000.81.84-6	2005.81.00.017246-1	Aguardando julgamento dos embargos.
Resíduos do FGTS	IBAMA	98.6572-5	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	IBGE	96.15098-2	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	IBGE	98.5757-9	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	M. Comunicações	96.15110-5	-	Pedido de extratos à CEF.
Seg. INATIVOS	Base Aérea	97.21243-2	-	Pedido de fichas financeiras.
Seg. INATIVOS	M. Exército	96.36965-8	-	Pedido de fichas financeiras.
Seg. INATIVOS	DNER	96.18987-0	-	Pedido de fichas financeiras.
Seg. INATIVOS	IBGE	96.47777-9	2004.81.15743-1	Aguardando julgamento dos embargos. Autos remetidos ao contador oficial.
Seg. INATIVOS	M. Fazenda	96.36963-1	2004.81.322-1	Aguardando julgamento dos embargos.
Seg. INATIVOS	EAF-Iguatu	97.4791-1	2005.81.5585-7	Aguardando julgamento dos embargos.
Seg. INATIVOS	M. Marinha	97.22953-0	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	96.26010-9	2003.81.8333-9	RPV paga.
Seg. INATIVOS	M. Exército	96.18984-6	-	RPV paga.
Seg. INATIVOS	INCRA	97.11748-0	2004.81.2268-9	Aguardando alvará de herdeiros.
Seg. INATIVOS	Base Aérea	97.11305-1	-	Aguardando baixa para iniciar execução.
Seg. INATIVOS	M. Minas e Energia	99.16089-4	-	Em fase de execução.
3% FGTS	FUNASA	94.7088-8	2003.81.9134-8 e 2004.81.22858-9	Aguardando julgamento dos embargos.
2ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	IBAMA	96.15806-1	2003.81.24568-6	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	INSS	97.24883-6	2003.81.31218-3	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	Min. Comunicações	96.15824-0	-	Pedido de fichas financeiras.
28,86%	EAF-Crato	96.15812-6	-	Em fase de execução.
28,86%	DNER	97.24885-2	-	Cálculos apresentados.
28,86%	M. Transportes	96.15825-8	2003.81.16629-4	Aguardando julgamento dos embargos – Voltou da Contadoria.
28,86%	UFC	97.7921-0	-	Em fase de execução.
3,17%	IBAMA	2000.81.91-3	-	Pedido de fichas financeiras.
3,17%	IBGE	97.872-0	2002.81.18069-9	Embargos julgados procedentes – Remetido ao TRF.
3,17%	Ministérios	98.5500-2	-	Em fase de execução.
Resíduos do FGTS	FAE	96.15093-1	-	Em fase de execução.
Resíduos do FGTS	IBGE	2001.81.1505-2	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	M. Fazenda	96.45604-6	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	DRT	96.15096-6	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	M. Transportes	96.15113-0	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	UFC	99.14873-8	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	UFC	2000.81.14462-5	-	Cálculos apresentados.
Resíduos do FGTS	IBAMA	96.15105-9	-	Para expedir mandado à CEF.
Seg. INATIVOS	Base Aérea	96.52409-2	2001.81.4108-8	Aguardando expedição de RPV.
Seg. INATIVOS	CEFET	97.11756-1	-	Pedido de fichas financeiras.
Seg. INATIVOS	CNEN	97.10711-6	-	Pedido de fichas financeiras.
Seg. INATIVOS	M. Marinha	97.11757-0	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	DEMEC	96.26013-3	-	Cálculos apresentados.
Seg. INATIVOS	EAF-Crato	96.36959-3	-	Aguardando expedição de RPV.
Seg. INATIVOS	EAF-Crato	97.1172-0	2004.81.8228-5	Aguardando julgamento dos embargos.
Seg. INATIVOS	M. Fazenda	96.26019-2	-	Cálculos apresentados.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.11304-3	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.21571-7	-	Cálculos apresentados.
Seg. INATIVOS	EAF- Crato	97.25927-7	-	Cálculos apresentados.
3% FGTS	FUNASA – Joaquim Rosendo Alves	95.2217-6	2002.81.18523-5	Negado provimento apelação da CEF da sentença dos embargos.
3% FGTS	FUNASA - José Murilo Maciano	94.6356-3	2004.81.23236-2	Aguardando julgamento dos embargos.
3ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	FAE	96.15822-3	2000.81.28482-4	Aguardando julgamento dos embargos à execução.
28,86%	DEMEC	96.15807-0	2003.81.22865-2	Aguardando julgamento dos embargos à execução.
28,86%	IBGE	97.16852-2	2004.81.76911	Aguardando julgamento dos embargos à execução.
3,17%	FUNASA	97.864-9	-	Cálculos já foram apresentados com dedução das parcelas administrativas.
3,17%	TCU	2000.81.82-2	-	Em fase de execução.
3,17%	Ex-Territorios	97.865-7	2004.81.10724-5	Aguardando julgamento dos embargos.
3,17%	INCRA	2001.81.25522-1	-	Em fase de execução.

Resíduos do FGTS	Base Aérea	96.14558-0	2004.81.15763-7	Aguardando expedição de alvará.
Resíduos do FGTS	FUNASA	98.5758-7	-	Em fase de execução.
Resíduos do FGTS	CEFET	96.19041-0	-	Aguardando extratos da CEF para elaboração de cálculos.
Resíduos do FGTS	CONAB	98.7631-0	-	Em fase de execução.
Seguridade INATIVOS	BASE AÉREA	96.26014-1	2002.81.2144-5	Aguardando julgamento dos embargos à execução. Manifestação das partes sobre informação da contadoria.
Seguridade INATIVOS	Ministério da Fazenda	97.1168-2	2001.81.772-9	Aguardando julgamento dos embargos.
Seguridade INATIVOS	SUDENE	96.36953-4	2004.81.19035-5	Sentença improcedente aos embargos apresentados pela AGU.
Seguridade INATIVOS	IBAMA	96.36969-0	2003.81.16349-9	Embargos do IBAMA julgados improcedentes.
Seguridade INATIVOS	Min.Exército	96.52408-4	2003.81.9837-9	Embargos da União improcedentes.
Seguridade INATIVOS	Ex-Territorio	97.11750-2	-	Pedido de fichas financeiras.
Seguridade INATIVOS	UFC	97.1171-2	2001.81.12694-9	RPV paga.
Seg. INATIVOS	IBGE	96.19212-0	-	RPV paga.
Seg. INATIVOS	Min.Exercito	97.19696-8	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	Ex-Territorio	97.21241-6	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	Ex-Territorio	2000.81.16308-5	2005.81.12155-6	Cálculos apresentados.
3% FGTS	FUNASA (Jose Muniz Farias)	95.110970	2005.81.2590-7	Aguardando julgamento dos embargos.
3% FGTS	FUNASA (Antonio Tabosa Moura)	94.7087-0	2005.81.00.015376-4	Cálculos apresentados.
ANUENIO	Base Aérea	95.24698-8	2003.81.9037-0	Aguardando julgamento dos embargos.
Seguridade ATIVOS	Ministérios	99.12159-7	-	Cálculos apresentados.
Seg. Ativos	Justiça Federal	2002.81.100-8	-	Para expedir boletim.
Gratificação Tempo de Serviço	INCRA	93.4335-8	-	Elaboração de cálculos.

4ª VARA FEDERAL

Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	Base Aérea	97.7994-5	2004.81.3961-6	Concluso ao juiz para sentença dos Embargos.
28,86%	CEFET	97.25068-7	-	Aguardando expedição de RPV
28,86%	M. Marinha	97.7992-9	2005.81.00.015111-1	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	INCRA	94.2559-9	2003.81.00.024713-0	Já foi para a contadoria. Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	INCRA	96.15810-0	2003.81.16650-6	Concluso ao juiz para sentença de embargos.
28,86%	M. Ciência e Tecnologia	96.18103-9	-	Elaboração de cálculos.
28,86%	M. Transportes	96.15825-8	2003.81.16629-4	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	UFC	97.7921-0	-	Em fase de execução.
3,17%	IBAMA	2000.81.91-3	-	Pedido de fichas financeiras.
3,17%	IBGE	97.872-0	2002.81.18069-9	Embargos julgados procedentes – Remetido ao TRF
3,17%	Ministérios	98.5500-2	-	Em fase de execução.
Resíduos do FGTS	FAE	96.15093-1	-	Em fase de execução.
Resíduos do FGTS	IBGE	2001.81.1505-2	-	Concluso ao juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	M. Fazenda	96.45604-6	-	Concluso ao juiz para despacho.
Resíduos do FGTS	DRT	96.15096-6	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	M. Transportes	96.15113-0	-	Pedido de extratos à CEF
Resíduos do FGTS	UFC	99.14873-8	-	Concluso para despacho.
Resíduos do FGTS	UFC	2000.81.14462-5	-	Aguardando manifestação da CEF.
Resíduos do FGTS	IBAMA	96.15105-9	-	Aguardando manifestação da CEF.
Seg. INATIVOS	Base Aérea	96.52409-2	2001.81.24108-8	RPV paga.
Seg. INATIVOS	CEFET	97.11756-1	-	Pedido de fichas financeiras
Seg. INATIVOS	CNEN	97.10711-6	-	Pedido de fichas financeiras
Seg. INATIVOS	M. Marinha	97.11757-0	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	DEMEC	96.26013-3	2005.81.00.016997-8	Concluso ao Juiz para Sentença.
Seg. INATIVOS	EAF-Crato	96.36959-3	-	RPV paga.
Seg. INATIVOS	EAF-Crato	97.1172-0	2004.81.8228-5	Concluso ao Juiz para Sentença.
Seg. INATIVOS	M. Fazenda	96.26019-2	2006.81.00.000525-1	Cálculos apresentados.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.11304-3	-	Em fase de execução –
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.21571-7	-	Cálculos apresentados.
Seg. INATIVOS	EAF- Crato	97.25927-7	-	Cálculos apresentados.
3% FGTS	FUNASA – Joaquim Rosendo Alves	95.2217-6	2002.81.18523-5	Negado provimento apelação da CEF da sentença dos embargos.
3% FGTS	FUNASA - José Murilo Maciano	94.6356-3	2004.81.23236-2	Concluso ao Juiz para Sentença.
Anuênio	DNER	95.24696-1	-	RPV nº 13623 PAGO
Seg. ATIVOS	IBGE	96.16456-8	2002.81.9804-1	Remetido ao TRF – apelamos da sentença dos embargos
Seg. ATIVOS	DNOCS	2000.81.4665-2	-	Pedido de fichas financeiras.

5ª VARA FEDERAL

Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	INSS	96.15823-1	-	Concluso ao juiz para despacho
28,86%	Min.Saúde	97.7997-0	-	Concluso ao juiz para despacho.
28,86%	DNER	94.2555-6	2005.81.00.015635-2	Concluso ao juiz para Despacho.
28,86%	Min.Saúde	96.15816-9	-	Concluso ao juiz para Despacho.
28,86%	Min.Justiça	96.15817-7	-	Pedido de fichas financeiras.
28,86%	Min.Exército	97.7993-7	-	Em fase de execução.
3,17%	DNOCS	2000.81.90-1	-	Cálculos em elaboração.
3,17%	IBGE	2001.81.25524-5	-	Pedido de fichas financeiras.
3,17%	UFC	97.877-0	-	RPV paga.
Resíduos do FGTS	INCRA	2001.81.1495-3	-	Pedido de extratos à CEF.
Resíduos do FGTS	INCRA	96.15102-4	2004.81.20948-0	Aguardando despacho do juiz.
Resíduos do FGTS	SUDENE	98.5761-7	-	Remeter à CEF.
INATIVOS	M.Cultura	97.10869-4	-	Pedido de fichas financeiras.
INATIVOS	DNER	96.26017-6	2002.81.5668-0	Concluso ao Juiz para Sentença.
INATIVOS	EAF CRATO	96.19207-3	2003.81.16427-3	Já passou pela contadoria. Aguardando manifestação das partes.
INATIVOS	Base Aérea	96.36967-4	2004.81.9421-4	Aguardando julgamento dos embargos.
INATIVOS	M.Comunicações	96.52414-9	2005.81.6329-5	Já passou pela contadoria. Aguardando manifestação das partes.

INATIVOS	MAARA – Antonio Hildete	97.1337-5	2003.81.9030-7	Para expedir RPV.
INATIVOS	Min.Fazenda	96.52410-6	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
INATIVOS	Min.Comunicações	98.15222-9	-	Em fase de execução.
6ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	CNEN	94.2556-4		Cálculos Apresentados
28,86%	MARA	96.15821-5	2004.81.10176-0	Concluso ao Juiz em para Sentença.
28,86%	DNER	96.15813-4	2002.81.9186-1	Aguardando julgamento dos embargos
28,86%	IBAMA	94.2553-0		Cálculos sendo elaborados.
28,86%	POLÍCIA FEDERAL	94.2554-8		Pedido de fichas financeiras (administrativamente)
28,86%	SUNAB	96.15814-2	2003.81.9706-5	Aguardando julgamento de embargos.
28,86%	DNOCS	97.13109-2	2004.81.20895-5	Aguardando julgamento dos embargos
28,86%	MIN. PRVIDÊNCIA	97.7989-9	2003.81.9493-3	Aguardando expedição de precatório 89812
28,86%	SUDENE	97.7999-6		Concluso para despacho.
3,17%	SUNAB	97.874-6	2003.81.30998-6 2004.81.212-5	Aguardando expedição de RPV e precatório.
3,17%	DNER	2000.81.87-1	2004.81.217-4	Aguardando julgamento de embargos.
Resíduos do FGTS	FUNASA	96.15104-0		Sentença homologando acordos.
Resíduos do FGTS	INSS	98.6570-9		Aguardando manifestação da CEF.
Resíduos do FGTS	DNOCS	96.15097-4		Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	MARA	96.18983-8		Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	EAF- CRATO	96.26016-8		Aguardando expedição de pagamento de RPV e expedição de precatório.
Seg. INATIVOS	UFC	97.19936-3		Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	UFC	97.10709-4		Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	Base Aérea	97.25932-3		Concluso para despacho
Seg. INATIVOS	POLÍCIA FEDERAL	99.17099-1		Concluso para despacho
Seg. INATIVOS	MIN. EXERCITO	97.11755-3		Encontra-se no TRF
ANUÊNIO	HOSPITAL DE MARACANAÚ	95.25178-7		Aguardando expedição de precatório e RPV.
Seg. ATIVOS	DNER	99.12150-3		Pedido de fichas financeiras (administrativamente – Brasília).
Anulação Contratual - Pedro Clauber Macambira	IBGE	93.11299-6	-	Aguardando expedir mandado.
7ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	EAF Iguatu	97.12095-3	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	DNOCS	96.31811-5	2005.81.1035-7	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	IBAMA	97.7917-1	2004.81.21150-4	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	M.Marinha	96.15809-6	2002.81.723-0	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	SUDENE	96.15819-3	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	DNER	97.7922-8	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	M.Fazenda	97.7991-0	2003.81.8035-1	REMETIDO À CONTADORIA JUDICIAL
28,86%	MAARA	97.7990-2	-	Aguardando fichas para os cálculos
28,86%	M.Comunicações	97.7996-1	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	DNOCS	97.870-3	2001.81.3358-3	Aguardando julgamento dos embargos.
3,17%	Justiça Federal	2001.81.025521-0	-	Feito pedido de execução.
Resíduos do FGTS	EAF CRATO	96.15094-0	-	Cálculos apresentados.
Resíduos do FGTS	M.Exército	96.15112-1	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	INSS	96.15101-6	2003.81.031363-1	Concluso ao Juiz para sentença dos embargos.
Resíduos do FGTS	IPHAN	96.15103-2	2005.81.569-6	Aguardando manifestação das partes sobre a contadoria.
Resíduos do FGTS	EAF Iguatu	2001.81.15003	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. Inativos	M.Exército	96.260150	2000.81.30338-7	Concluso ao Juiz para Sentença dos embargos.
Seg. Inativos	IBGE	97.4784-9	2003.81.6523-4	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	M.Marinha	96.52407-6	2003.81.9298-5	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	DNOCS	96.26023-0	2003.81.16621-0	Concluso ao Juiz para Sentença dos embargos.
Seg. INATIVOS	DEMEC	97.4788-1	2002.81.18139-4	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	DEMEC	96.18989-7	2003.81.25387-7	Aguardando julgamento nos embargos no TRF.
3% FGTS	FUNASA	95.7839-2	-	Aguardando manifestação da CEF sobre os cálculos.
8ª VARA FEDERAL				
Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	Min.Fazenda	96.15820-7	2004.81.22512-6	Concluso ao Juiz para Decisão.
28,86%	Hospital de Maracanaú	97.13361-3	-	Aguardando apresentação de embargos.
28,86%	CEFET	96.19043-7	2000.81.35336-6	RPV paga.
28,86%	Min.Cultura	97.12671-4	2001.81.3351-0	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	DNPM	97.8000-5	2003.81.13253-3	Concluso ao Juiz para Sentença de embargos
28,86%	FUNASA	97.7988-0	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	IBGE	96.15811-8	2003.81.4405-0	Aguardando julgamento dos embargos.
28,86%	INSS	94.2561-0	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	IPHAN	96.15815-0	-	Ordem para o IPHAN apresentar as fichas financeiras.
3,17%	CEFET	97.867-3	2005.81.6687-9	Aguardando apresentação de embargos.
3,17%	INSS	97.866-5	2004.81.23081-0	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	IBAMA	96.53250-8	2004.81.21272-7	Concluso ao Juiz para Sentença dos embargos.
3,17%	INCRA	97.876-2	2004.81.15736-4	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	CEFET	2000.81.92-5	-	Aguardando apresentação de embargos.
Resíduos do FGTS	Min.Marinha	96.15108-3	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	DEMEC	96.15092-3	2003.81.6692-5	Aguardando julgamento dos embargos no TRF.

Resíduos do FGTS	DNPM	2001.81.1506-4	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	SUNAB	96.15114-8	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	MAARA	96.15107-5	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	IBAMA	2001.81.1501-5	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Resíduos do FGTS	CONAB	96.14554-7	2003.81.4432-2	Concluso ao Juiz para Sentença dos embargos.
Seg. INATIVOS	INSS	96.19211-1	-	Pedido de fichas financeiras
Seg. INATIVOS	M. Minas e Energia	96.19210-3	-	Cálculos apresentados
Seg. INATIVOS	M. Transportes	97.25928-5	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	M. Marinha	96.36956-9	2003.81.4414-0	Aguardando julgamento dos embargos.
Seg. INATIVOS	DNER	97.14752-5	-	Aguardando julgamento do agravo.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.19367-5	-	Cálculos apresentados..
Seg. INATIVOS	M. Exército	98.13308-9	-	Elaboração de cálculos.
Seg. INATIVOS	M. Comunicações	97.25935-8	-	Em fase de execução.
3% FGTS	M. Exército	96.44415-3	2005.81.00.016193-1	Concluso ao Juiz para Decisão.
3% FGTS	FUNASA	94.7089-6	2003.81.24060-3	Encaminhado para TRF. A CEF apelou da sentença dos embargos.
3% FGTS	FUNASA	94.9858-8	2001.81.8173-5	Embargos da FUNASA julgados improcedentes. Ela apelou e agora vai ao TRF.
Anuênio	M. Exército	95.24697-0	-	Pedido de fichas financeiras.
Anuênio	M. Fazenda	95.21083-5	2003.81.22698-9	Aguardando julgamento dos embargos de declaração do SINTSEF.
Seg. ATIVOS	INPE	96.18101-2	-	Em fase de execução.
Aux. Alimentação ATIVOS	IBGE	2002.81.12855-0	-	Em fase de execução.
Aux. Alimentação ATIVOS	FUNASA	2002.81.12849-5	-	Em fase de execução.
Aposentadoria	MARA	95.20805-9	-	RPV paga.
Enquadramento	FUNASA	95.23763-6	2003.81.8553-1	Apelação do SINTSEF da sentença dos embargos apresentados pela FUNASA.

10ª VARA FEDERAL

Objeto	Órgão	Nº do Processo	Nº Embargos	Situação
28,86%	DRT	97.10357-9	-	Em fase de execução. Pedido de fichas financeiras por via administrativa
28,86%	FUNAI	97.12097-0	-	Em fase de execução. Pedido de fichas financeiras por via administrativa
28,86%	IBAMA	97.24881-0	2003.81.24703-8	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	DNOCS	97.24884-4	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
28,86%	M. Transportes	97.9890-7	-	Em fase de execução.
3,17%	Ministérios	2000.81.83-4	2004.81.21791-9 e 2004.81.20860-8	REMETIDO A CONTADORIA.
3,17%	INCRA	2000.81.89-5	2004.81.20860-8	Aguardando julgamento dos embargos no TRF.
3,17%	DNER	2001.81.25500-2	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	FAE	96.53253-2	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	DNER	97.869-0	-	Em fase de execução.
3,17%	IPHAN	97.873-8	2004.81.22737-8	Aguardando julgamento dos embargos no TRF.
3,17%	UFC	2000.81.96-2	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
3,17%	EAF- Crato	2000.81.94-9	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	Ex. territórios	97.21241-6	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	SUDENE	97.21238-6	-	Concluso ao Juiz para Despacho.
Seg. INATIVOS	M. Transportes	97.13108-4	-	Em fase de execução.
Seg. INATIVOS	INCRA	97.20499-5	-	Aguardando apresentação de embargos.

* **RPV** significa Requisitório de Pequeno Valor. É uma forma de pagamento onde a União, suas autarquias e fundações públicas, são devedoras, cujo valor não excede 60 salários mínimos por pessoa (correspondente hoje a R\$18.000,00) no âmbito federal. O prazo para pagamento deve ser, em média, cerca de 60 dias contados da sua expedição ao Tribunal Regional Federal.

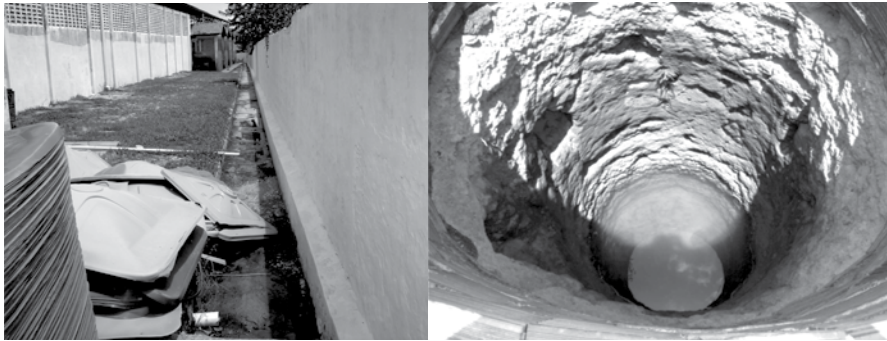
** **Precatório**, de acordo com o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, é a forma de pagamento da União, suas autarquias e fundações públicas, que se dá quando o débito excede 60 salários mínimos. Ele deve ser apresentado até o dia 30 de junho de cada ano, para fazer parte da Lei Orçamentária, sendo pago, portanto, no exercício financeiro seguinte. O pagamento é feito de forma cronológica, a partir da sua expedição.

*** **Embargos à execução** é uma ação proposta pela União, suas autarquias e fundações públicas, que se opõe à execução, suspendendo seu andamento. Um dos motivos mais frequentes alegados pela União é a inexigibilidade do título executivo (sentença transitada em julgado, ou seja, que não cabe mais recurso). Isto se deve pelo fato de que muitas vezes o servidor, não segue a orientação do SINTSEF/CE e opta por fazer acordo com o Governo, o que acaba dificultando a execução, tornando-a mais morosa.

**** **Na execução, o SINTSEF/CE apresenta os cálculos** que são impugnados pela União, suas autarquias e fundações públicas. O juiz, percebendo que há valores distintos, envia o processo para a Contadoria da Justiça, onde é elaborado um laudo técnico por um contador oficial. Após isso, o juiz homologa a conta que ele entende ser a correta.

***** **A Caixa Econômica Federal** é uma empresa pública federal que tem personalidade jurídica de direito privado. Logo, equipara-se a um particular em juízo, não possuindo as prerrogativas e privilégios do Poder Público. Em outras palavras, a CEF não se submete ao regime de precatórios e RPVs e nem tem prazos diferenciados para se manifestar nos processos.

Ministério Público denuncia FUNASA e o Estado por situação insalubre na UBV do Eusébio



Água que lava os carros que transportam substâncias insalubres contamina o lençol freático

No dia 9 de fevereiro, pela manhã, o SINTSEF/CE – representado pelo diretor Benedito Holanda – esteve no Ministério Público da União para uma audiência em relação à denúncia, feita anteriormente, sobre a revoltante situação dos 98 trabalhadores da Unidade de Ultra Baixo Volume (UBV) da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que funciona no Eusébio-CE. Foi aberto o Procedimento

Administrativo nº 156/2005 e convocados os representantes da FUNASA, do Estado do Ceará e das empresas ASTAC e FECOACE, responsáveis por terceirizados que também trabalham na UBV. Somente o SINTSEF/CE compareceu, evidenciando o total desrespeito das demais instituições com a saúde dos trabalhadores. Na UBV do Eusébio, os trabalhadores manejam substâncias insalubres nas

máquinas conhecidas como “fumacê” (usadas para pulverização de produtos tóxicos, usados no combate ao mosquito da dengue), sem os necessários equipamentos de proteção individual (EPIs). O laudo encomendado pelo SINTSEF/CE e entregue ao Ministério Público aponta também que as viaturas são lavadas a 200 metros de uma lagoa, contaminando com os produtos químicos aquele manancial, o ar (já que após a lavagem o líquido corre a céu aberto) e o lençol freático da região. Para se ter uma idéia, não existe sequer uma placa indicativa da SEMACE de licença ambiental e funcionamento da Unidade. Estado, FUNASA, ASTAC e FECOACE deverão ser formalmente denunciadas pelo Ministério Público. O SINTSEF/CE continuará de olho!

Nova vitória dos anistiados da CONAB

O SINTSEF vem trabalhando desde 1990, com reintegrações e readmissões de empregados da CONAB. Os empregados da CONAB foram atingidos diretamente pela era Collor de Melo com dispensas sem justa causa, o desgaste foi intenso até o final daquele governo em setembro de 1992. Processos judiciais foram ajuizados para reintegrar tais empregados, pois as dispensas foram arbitrárias, muitos ganharam, e retornaram ao trabalho.

O presidente Itamar Franco para minimizar os efeitos maléficos do Poder Executivo anterior propôs a Lei de Anistia, que após análise caso a caso anistiava e abria a possibilidade de serem chamados a retornarem ao emprego admi-

nistrativamente. Novamente a justiça se fez presente e as ações do SINTSEF para readmitir os trabalhadores vingaram e devolveram o emprego de diversos anistiados.

O governo Fernando Henrique Cardoso cancelou um percentual elevado de anistias. Trabalhadores retornaram a situação anterior de quase uma década passada. O governo Lula oportunizou após a edição do Decreto nº 5.115/04 a reavaliação dos casos de anistia, após envio pelos interessados de requerimentos à Comissão Especial Interministerial - CEI.

Quase 40 requerimentos foram elaborados pela Assessoria Jurídica do SINTSEF/CE, subsidiada pelo trabalho incansável e preciso de pesqui-

sa nos diários oficiais e outros documentos, feito pela Comissão Estadual de Anistiados e Demitidos, coordenada pelo companheiro Álvaro Teixeira, além do acompanhamento do SINTSEF em Brasília – através do diretor Eliseu Lima – junto à Comissão Especial Interministerial - CEI, os resultados agora começaram a surgir positivamente.

Os empregados tiveram restabelecidas as anistias e com elas a dignidade, pois a dispensa foi realmente arbitrária e o problema continua até hoje. Nova porta foi aberta e com ela a esperança e a possibilidade de voltarem ao trabalho, alguns já retornaram ao emprego, parabéns. A luta ainda não terminou.

Consciência de classe e formação política-sindical

Betânia Moreira de Moraes

Doutoranda em Educação. Professora do Centro de Educação e Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, Universidade Estadual do Ceará.

O ponto de partida de nossa reflexão é compreender o processo de (de/com)formação de nossas consciências e a árdua empreitada que temos que enfrentar para revertermos esse processo a nosso favor.

Marx, nos seus escritos de juventude, precisamente nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, nas páginas em que trata do Trabalho Alienado, esclarece que o fundamento da consciência alienada é a própria condição de alienação do trabalho, ou seja, a consciência alienada é decorrência, é consequência, deriva, do próprio trabalho alienado.

Para desenvolver tal afirmação, Marx parte de um fato econômico à sua época (diga-se de passagem, embora passados mais de um século e meio, tal fato é atualíssimo!), para denunciar que a divisão do trabalho, do capital e da terra não é algo natural, nem acidental, como argumentavam os economistas clássicos, mas a expressão de um desenvolvimento historicamente determinado. Vejamos.

“O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a devalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx: 2004, p. 80).

O que é importante para nós de toda a rica exposição de Marx, é compreendermos que a consciência do trabalhador está alienada, está empobrecida, está sob o controle da ideologia da classe dominante, porque está umbilicalmente ligada à condição do trabalho alienado.

Se assim é, então, lutar contra o processo de alienação da consciência, é lutar para a superação das condições materiais que a determina.

Todavia, lutar contra as condições materiais que determina a alienação da consciência significa lutar pelo fim do trabalho alienado, o que significa, hoje, por sua vez, lutar contra o modo de produção e organização social capitalista.

Tal feito não se dará espontaneamente ou naturalmente, face as próprias contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Requer, outrossim, a **construção consciente** de um projeto revolucionário que oriente os sujeitos que farão a revolução.

A **construção consciente** de um projeto revolucionário ... Vocês estão percebendo? A consciência desalienada é, ao mesmo tempo, **resultado** e **premissa** da luta revolucionária.

Por que **resultado** e por que **premissa**?

Sem a pretensão de desenvolver uma análise aprofundada dessa questão, o que seria impossível nos limites desse artigo, buscaremos apresentar, apoiados na análise do Professor Paulo Tumolo, algumas considerações importantes e necessárias ao processo de desalienação de nossas próprias consciências; estou fazendo referência a nós trabalhadores/sindicalistas, por princípio, os sujeitos da revolução. Então vejamos.

Marx, nos meados da década de 60 do século XIX já chama a atenção para o fato de que a luta sindical deveria ter como **fim/objetivo** atingir a espinha dorsal do sistema capitalista, à medida que o objetivo estratégico da organização dos trabalhadores deveria ser a **construção da revolução**.

No entanto, a revolução pressupõe necessariamente um processo, um conjunto de mediações - dentre elas, vale destacar, a relação com a luta pelas reformas, pelas reformas, bem

entendido, que se colocam no plano da resistência às usurpações do capital.

Todavia, não é a realização mesma das reformas que constitui a tática, mas a luta por elas. Por que? Porque a revolução não é o desdobramento de um processo de reformas (tese reformista). Melhor dizendo, a revolução não se dará por um acúmulo de quantidades de reformas, mas ela se apresenta como necessária pelo acúmulo de quantidades de dificuldades e impossibilidade de realizar reformas profundas. Nesse sentido, as reformas acabam se restringindo à superficialidade do sistema e, sobremaneira, têm se convertido em tática anti-revolucionária, usada pelo sistema para cooptar os trabalhadores, obscurecendo, assim, a necessidade de superação da ordem social vigente.

Cabe, então, perguntar: como as reformas se articulam com o objetivo estratégico da revolução?

Vale ressaltar que o processo revolucionário implica, necessariamente, três condições: uma teoria revolucionária, um sujeito revolucionário e uma situação revolucionária. Ora, a luta por reformas cada vez mais profundas/substanciais cria condições para elevação do nível de consciência dos trabalhadores – o sujeito da revolução. Como?

Os trabalhadores vão percebendo na prática, na própria luta por reformas, mediante a impossibilidade de realização de reformas estruturais, os limites postos pela realidade e, portanto, a necessidade de organizarem e qualificarem sua luta. Daí que a luta pode adquirir um caráter pedagógico, ou seja, os trabalhadores vão se educando na e pela prática.

No entanto, a prática educa até um certo limite. Pois, o potencial máximo da prática é a consciência reivindicativa. Tal nível de consciência expressa o momento em que os trabalhadores conseguem se perceber como grupo, como uma categoria injustiçada e oprimida que deve se organizar e juntar forças para reivindicar junto às autoridades institucionais e ao Estado seus direitos. Porém, a prática sindical/militante constitui um primeiro momento do processo de construção da consciência de classe, a qual exige um profundo e árduo exercício de abstração e de análise.

Os estudos a respeito do movimento operário indicam três distintos momentos da construção da consciência de classe: 1) consciência desarticulada/sensitiva - refere-se à massa operária, cujo conhecimento não vai além da sensação e da impressão; 2) consciência reivindicativa/pragmática – refere-se aos operários avançados, cujo conhecimento é racional e pragmático produzido pelo acúmulo de experiências; 3) consciência de classe/revolucionária – refere-se à vanguarda do movimento, cujo nível de conhecimento teórico permite compreender as leis que regem o desenvolvimento da totalidade social e (re)orientar sua luta revolucionária.

Assim, a construção da consciência de classe exige, necessariamente, uma intervenção teórico-educativa. É aí que entra o papel da formação política-sindical, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser possibilitar aos trabalhadores apropriarem-se do conhecimento teórico como arma imprescindível em sua luta emancipatória, superando a ignorância e o espontaneísmo no interior do movimento operário.

Em poucas palavras, é a elaboração teórica, enquanto correta compreensão da totalidade social e de si enquanto classe, que instaura a consciência revolucionária. A elaboração da perspectiva de classe (recolocando na ordem do dia a máxima do manifesto comunista “trabalhadores do mundo inteiro uni-vos”), por sua vez, é o requisito para que os trabalhadores se posicionem conscientemente como sujeito revolucionário.

Nesse sentido, a formação política-sindical tem como tarefa histórica garantir que a produção/sistematização do conhecimento teórico/da teoria revolucionária seja apropriado pelo conjunto da classe trabalhadora.

RESSACA MORAL: desabafo...

Maquiavel (1469-1527) já dizia em seu livro *O Príncipe* no século XVI: "... para conhecer bem a natureza do povo, é necessário ser príncipe, para conhecer a natureza do príncipe, é necessário pertencer ao povo". Eis aí como Maquiavel inicia sua reflexão sobre "a arte de governar (de um príncipe)" para que ele possa obter respeito e fidelidade dos súditos. Sua reflexão parece se fazer atual depois de mais de cinco séculos. E isso nos mostra como o pensamento, com premissas universais, torna-se vigente em muitos aspectos, atravessando o Espírito dos tempos.

E como ser um bom governante? É preferível ser odiado ou amado pelo povo? Depende! Se o príncipe não é nobre – diz Maquiavel –, então ele precisa do auxílio das forças militares e da lealdade de seus mercenários ministros, mais do que do povo. Mas do contrário, se é amado pelo povo, não precisa se preocupar tanto, porque é mais fácil derrotar uma minoria mercenária e desleal, quando se tem o apoio do povo. Para ser um bom príncipe, é necessário ter tropas leais (não mercenárias), ministros sob seu controle com boa remuneração e um povo que o ama. Parece uma receita maquiavélica perfeita. Mas não podemos nos fiar muito nela, porque a história é movimentada também por incertezas (contingências) e hoje vivemos numa "democracia representativa" que, de certa forma, nos permite abrir brechas para fazer pequenas rupturas, ou, quem sabe, verdadeiras rupturas políticas, mesmo na ordem capitalista burguesa.

Bem, isto é apenas uma introdução para poderemos analisarmos sucintamente a crise política pela qual passa o Brasil, por causa dos tropeços ideológicos e políticos da emblemática esquerda tradicional, sob a hegemonia do PT, que conquistou o "poder maior" do país.

Tudo começou quando o mercenário Roberto Jefferson – acuado pelas denúncias de um funcionário dos correios, que utilizou o seu nome para fazer negociatas – resolveu trair o segredo daqueles que se utilizaram de "dinheiro público" para fazer caixa dois da campanha eleitoral de 2004, auxiliando financeiramente os partidos de direita como PTB, PP, PL, e claro, como também o próprio PT. O resto, todos nós sabemos mais ou menos como se desenrolou *a posteriori* os fatos. As explicações pífiyas dos principais dirigentes do PT (Dirceu, Genoíno e Cia) foram desmascaradas pelas "provas materiais" (grandes retiradas de dinheiro nos Bancos e carregamento de dinheiro em aviões, carros e "cuecas" etc.). O bem da verdade, é que as teses de "perseguição da direita e de sua imprensa escrita e audiovisual", advogados pelos denunciados, parecem não ter convencido os mais críticos, deixando, por outro lado, o senso comum ficar ora confuso e perdido, ora decepcionado, por acreditar nos fatos revelados pela espetacularização da grande Imprensa tendenciosa.

Conseqüência disso tudo: é a consolidação do ceticismo ou da descrença na política e nas pessoas que a fazem, sobretudo, nas de esquerda. Militantes e intelectuais, sob a síndrome da depressão, decepção e

impotência, ficaram perplexos face a esse Show de hipocrisia de ambas as partes – dos denunciantes e dos denunciados. Foi um susto para os desavisados ou indiferentes, e um golpe para os "inocentes". Recuperar o maior partido de "esquerda" (?) da América Latina – o PT –, que veio galgando espaço político sob a bandeira da "ética na política" com ajuda dos movimentos sociais, é provavelmente difícil, para não dizer impossível, porque "virgindade partidária" não existe duas vezes. Seria purismo?

Como diz Frei Betto – em seu novo livro *A Mosca Azul* – o PT deve explicações claras e verídicas aos seus mais de 800 mil militantes; sobretudo, porque a verdade dos fatos não deve ficar submissa ao discurso explicativo ideológico (mascarador). O grande erro, certamente, foi a arrogância de parte de um grupo dirigente hegemônico do PT, que quis se sobrepor a base partidária (filiados, militantes), impondo suas decisões políticas, de cima para baixo, e utilizando-se da "democracia controlada" em assembléia por "minorias amigas".

Nesse sentido, militantes, filiados e simpatizantes não devem perder o senso crítico sobre os fatos, nem subordinar a crítica à tática e estratégia partidária, correndo o risco de se tornarem fantoches políticos ou tolerantes da corrupção.

Por outro lado, faz-se necessário repensar toda a trajetória histórica da esquerda brasileira, analisando seus erros e acertos, para vislumbrar uma estratégia ideológica que revolucione o *modus operante* da política e resgate a empresa da emancipação humana, afim de construir novas relações sociais (política, econômica e cultural), calcadas em relações produtivas e distributivas justas.

Na verdade, é mister construir uma contra-ofensiva à neo-ofensiva capitalista (superando a defensiva partidária e sindical de esquerda dos últimos 50 anos) que exclui e assassina (pela guerra ou miséria material) os pobres e miseráveis deste planeta, privatizado pela minoria rica e gananciosa. Precisamos ir além dessa política conciliatória e condescendente, empreendida pelos partidos e sindicatos de "esquerda", e elaborar, a partir de uma análise radical da nossa realidade histórica, uma estratégia de luta aguda que nos liberte das promessas ilusórias do sistema capitalista de produção e reprodução de riqueza para poucos (destruição humana e planetária) e de pobreza e miséria para milhões.

Eis, portanto, o desabafo de uma ressaca moral! É a tentativa de provocar diálogo aberto e sincero com o leitor, para que possamos construir uma reflexão mais sólida e real sobre tais fatos. Porém, estou consciente de que este desabafo possui lacunas reflexivas por causa da contaminação emotiva, que não podem ser preenchidas aqui, devido a limitações de espaço para escrever e ausência de informações detalhadas ou sonegadas, pois a polêmica requer tempo, maturidade e outras variantes reflexivas.

Jorge Luís de Oliveira –
Aposentado da BAFZ e Mestre em Filosofia pela UFC

SINTSEF/CE participa de CDE e de Seminário de lideranças da CONDSEF para discutir situação dos servidores federais



Nos dias 10, 11, 12 e 13 de fevereiro realizaram-se o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) - no primeiro dia - e o Seminário de Planejamento da CONDSEF, respectivamente. As atividades reuniram 50 lideranças que representam servidores públicos de mais de quinze estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. Pelo SINTSEF/CE estiveram presentes os diretores Helano Furtado, José de Assis e Luís Carlos Macêdo (foto).

Essas lideranças fazem parte dos sindicatos mais combativos do país, filiados à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). O seminário serviu para discutir os principais problemas e apontar novos rumos para que a luta da categoria renda frutos com melhores condições de trabalho para os servidores, um país mais digno e serviços públicos de qualidade para todos.

De olho nas eleições do SINTSEF/CE

A eleição da Direção Colegiada, do Conselho Fiscal e das coordenações das Delegacias Sindicais de Base do SINTSEF/CE será realizada no período entre 29 de maio e 2 de junho de 2006. A convenção cutista será realizada em 8 de abril de 2006, às 8h, em Fortaleza. A Direção Colegiada e o Conselho Fiscal tomarão posse em 16 de junho de

2006. A posse das coordenações das Delegacias Sindicais de Base serão realizadas em até 15 dias depois da posse da Direção Colegiada. O mandato atual da Direção Colegiada, do Conselho Fiscal e das coordenações das Delegacias Sindicais de Base, que se encerraria em 16 de abril, fica prorrogado até 16 de junho de 2006.

Saiba quando serão realizadas as reuniões mensais dos aposentados e pensionistas do SINTSEF/CE em 2006

MÊS	DIA	HORA	MÊS	DIA	HORA
			Julho	12	15h
Março	8	15h	Setembro	13	15h
Maior	10	15h	Novembro	8	15h